



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ORGANIZAÇÕES NEGRAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO NORDESTE PAULISTA E NO TRIÂNGULO MINEIRO AO LONGO DO SÉCULO XX.

Sérgio Luiz de Souza. Doutor em Sociologia
UNESP – Universidade Estadual Paulista (Júlio de Mesquita Filho).
srgioluz@yahoo.com.br

Em nossa tese de doutoramento procuramos estudar os processos identitários e a dinâmica sociocultural desenvolvida na sociedade brasileira a partir do estudo das atuações das organizações negras presentes nas regiões do nordeste paulista e do triângulo mineiro entre as décadas de 1930 e 1980. No Brasil, a partir do século XIX, com a independência política, tornaram-se mais sistemáticas as tentativas de se entender a realidade nacional, os grupos humanos que dela faziam parte, assim como qual deveria ser o papel de cada um destes na organização política, econômica e cultural da nação.

A produção literária e científica desde então, embora composta por nuances ideológicos, pautou-se pela estigmatização de determinados grupos sociais nas relações cotidianas e/ou institucionais. Juntamente com o silenciamento da história destes grupos produziu e produz desqualificação social, perda de vínculos, perda dos referenciais próprios para a construção de suas identidades e, como consequência, reduziu para estes grupos as possibilidades de estabelecimento de projetos políticos autônomos.

Neste contexto, qual a relevância de se estudar processos identitários, memória e oralidade, quando buscamos compreender as relações étnico-raciais de uma maneira geral, assim como as relações socioculturais, as escolhas políticas e as condições econômicas experienciadas pelos afro-brasileiros ao longo do processo de formação do país e na atualidade da sociedade brasileira?

Alberto Guerreiro Ramos nos questiona sobre a produção acadêmica no Brasil e, se o arcabouço teórico que utilizamos é produzido a partir de reflexões estabelecidas por nós mesmos ou apenas reproduções do pensamento europeizado referendadas em nossa realidade. Devemos superar a utilização de categorias dicotômicas para entender as interações hegemônicas/subalternizadas e, fundamentalmente, a diversidade dos grupos humanos e de suas experiências que são constitutivas do mosaico social brasileiro. Também, nos desvincularmos dos referenciais estigmatizados constituídos ao longo de séculos de hegemonia ocidental para passarmos a estabelecer um relacionamento livre com o mundo a partir de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

referências próprias e não mais aquelas advindas dos processos coloniais (Ramos, 1995).

Neste bojo, superar a estigmatização significa construir relações com a sociedade em geral em patamares de igualdade. Assim, desconstruir os status de inferioridade atribuídos aos mais diferentes grupos ao longo do processo sociohistórico da realidade brasileira e, dentre estes grupos, as populações negras. Estabelecer patamares em que estas populações possam adquirir respeito e dignidade por meio de relações onde sejam protagonistas com iguais condições de dirigir os processos decisórios nas mais diferentes instituições e espaços e não numa simples integração inferiorizada e subalterna que tem sido proposta pelos grupos hegemônicos.

Para que possamos ter acesso ao patrimônio africano em nossa cultura fez-se necessário reconhecer e desfazer construções históricas permeadas por políticas preconceituosas e homogeneizantes que têm orientado nosso imaginário a respeito da realidade histórica e cultural das populações afro-brasileiras e africanas.

Apontam-se aqui as relações entre memória, história e identidade. Estas reflexões são apresentadas em direção às ameaças de bloqueio e de paralisação dos devires dos grupos sociais colocadas pela repressão dos grupos hegemônicos. Entretanto, também se situam no sentido de percebermos que a construção de devires geradores de projetos políticos autônomos, particularmente na sociedade brasileira, passa pela superação das condições do “racismo de marca” definido por (NOGUEIRA, 1985). Racismo este fundado na negação das memórias relativas à violência sob a qual se instaurou o processo escravista e que ainda se faz presente na vivência subjetiva e social dos descendentes de africanos no Brasil.

Desta forma, a subalternização assenta-se sobre as limitações colocadas aos grupos na constituição de orientações e projetos políticos próprios. Projetos estes que precisam deixar de se pautar em função do conjunto de representações sociais geradas a partir da narrativa histórica e da memória dos grupos hegemônicos acentuados pelos processos de branqueamento de nossa sociedade e da história-cultura difundidos no país, pelo menos, desde o século XIX. Nesta perspectiva, as populações negras necessitam de narrativas históricas e memórias geradas a partir de seus próprios referenciais que produzam condições de se definirem papéis sociais fundados em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

representações geradas no reconhecimento da qualidade destas narrativas e memórias enquanto partes constitutivas de identidades positivas.

Estudiosos como (IANNI, 1966) e (FERNANDES, 1978) apontam as limitações da doutrina do branqueamento para os afro-brasileiros. Entretanto, suas interpretações e análises, assim como de outros acadêmicos, permaneceram enredadas nas tramas da antropologia física e do darwinismo social, fundadas apenas no aspecto biológico sem atentarem a dimensão teórica da cultura (FONSECA, 2004). Ao voltarem-se apenas para a dimensão da classe, estudos como estes deixam de perceber a cultura como portadora de potencial político-econômico transformador das realidades sociais, mesmo porque encaram as culturas desenvolvidas pelas populações afro-brasileiras como culturas fetichistas, acrílicas e, descomprometidas com qualquer proposta política transformadora. De forma análoga ao sistema racista hegemônico, generalizam e homogeneizam os grupos humanos ao não enfocarem a relevância da diversidade cultural (FONSECA, 2004, p.71).

Ao refletir a respeito da população afro-brasileira, da vivência da corporalidade e da relevância do imaginário na construção da identidade, (FONSECA 2000, p.40) nos permite ressaltar a importância da cultura, no mínimo, em relação a seus processos geradores de representações sociais que passam pela produção historiográfica e pela dimensão da memória:

Identidade e imaginário estabelecem sua relação à medida em que um conceito não se faz sem o devido interlaçamento no outro, posto que os liga, e os faz existir é a representação, subjetiva e objetiva, acerca do indivíduo e dos grupos sociais. Deste modo, identidade, imaginário, e representação estão intimamente ligados pelo cordão umbilical da produção e dos processos culturais e históricos. Em resumo, identidade e imaginário pautam-se pela criação de estereótipos auto atribuídos ou imputados a outros (FONSECA, 2000, p.41).

No contexto desta discussão, procuramos posicionarmo-nos diante das perspectivas acadêmicas que abordam a realidade socio-étnico-racial brasileira. Neste sentido é que nos remetemos primeiramente à necessidade de apreciação do conceito de política ou do que estamos a entender como o que (BALANDIER,1969) denominou “o campo do político”. Em outro patamar, também somos levados a discutir as relações entre política, cultura, identidade, racismo e memória.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Ao discutir a relação entre os limites de interpretações marxistas do social, o entendimento acerca da cultura e as ressalvas ao conceito de ideologia, (WILLIANS, 1992) aponta a relevância de se perceber os processos concretos pelos quais uma cultura é produzida, e como também ela mesma é geradora de práticas e relações na dinâmica social. Assim, esclarece que:

“O que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só “uma cultura” ou “uma ideologia”, mas coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidade e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções, irresoluções e mudanças reais” (WILLIANS, 1992, p. 29).

Desta maneira, a sociologia da cultura, ou qualquer ramo das ciências sociais que se preocupe com a dinâmica sócio-cultural, precisa levar em conta toda a produção cultural, inclusive formas de produção que podem ser designadas como “ideologias”. No âmbito de nossa pesquisa, a apreensão das relações étnico-raciais passou pelo entendimento da sociedade em sua diversidade de classes e grupos existentes, sempre em uma relação dinâmica, onde se insere o estudo das organizações negras e de diferentes segmentos populacionais. Grupos que compartilham de códigos culturais comuns como também possuem produções culturais alternativas e variadas (WILLIANS, 1992, p.74).

Deste ponto de vista, para pensarmos as produções culturais dos negros no nordeste paulista e triângulo mineiro, empreendemos nossa pesquisa das práticas dos negros com base na conceituação de cultura enquanto “cultura viva” expressa, principalmente, em sociedades pluriétnicas, como é o caso do contexto social brasileiro, por meio de processos dinâmicos de re-interpretações, situadas em meio às relações políticas em que os grupos produzem e veiculam seus significados. Os mesmos contextos sociais em que buscam a afirmação de seus valores, suas memórias e identidades, através de diálogos, intercâmbios e contrastes com a sociedade abrangente.

Para abordarmos as ações desenvolvidas pelos grupos negros em Ribeirão Preto e outras cidades do nordeste paulista e triângulo mineiro, refletimos sobre os caminhos (escolhas) políticos que trilharam para definirem suas organizações e expressarem suas identidades a partir de conteúdos diversos, inclusive por meio de re-interpretações dos valores e padrões culturais dos grupos hegemônicos. Tivemos, assim, o intuito de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

apontar as *possibilidades políticas* instauradas pelas elaborações culturais dos grupos não-hegemônicos, no sentido de abordar o contexto sócio-econômico e as relações de poder com a consideração de que as interações entre os grupos são dinâmicas e estão sob efeito de múltiplas determinações.

No mesmo contexto, também consideramos os contatos e as constantes transformações vivenciadas pelos grupos negros em particular, e por todos os outros grupos em geral, na realidade sociopolítica e econômica e na esfera da cultura, para a definição de suas identidades, de seus posicionamentos consoantes às conjunturas e na construção de suas formas de sociabilidade.

De fato, como chegamos a uma concepção em que pudéssemos abarcar a simultaneidade da história social em mudança, a sociologia das organizações e relações igualmente em devir constante e, ao mesmo tempo, consideramos as particularidades culturais e a capacidade política dos diversos grupos presentes em um dado contexto?

Como considerar uma ação política? Mais uma vez (BALANDIER 1969) nos ensina que uma ação social (atuação) é política quando objetiva controlar ou influenciar nas decisões a serem tomadas em uma dada coletividade. Daí também considera que:

O conteúdo dessas decisões varia de acordo com os contextos culturais e as unidades sociais em cujo seio se expressa, mas os processos de que resultam se situam sempre e apenas no quadro da competição entre os indivíduos e entre os grupos. Todas as unidades sociais interessadas nessa competição possuem, por isso, caráter político (BALANDIER, 1969, p. 30).

Desta forma, em nosso entendimento, relações políticas são relações pelas quais sujeitos sociais (indivíduos e grupos) buscam poder e formas de autoridade para o estabelecimento de uma ordem em um quadro social, que pode ou não estar circunscrito a um quadro territorial. E no sentido da reflexão apontada, todos os grupos situados em uma dada constelação social produzem, por diferentes meios, ações que são políticas e, portanto, constituem ações direcionadas a disputas de poder.

Importante salientar também, em consonância com (BALANDIER 1969), que a regulação de forças pode ocorrer tanto na relação entre os diferentes grupos quanto no seio dos próprios grupos. Neste último aspecto, voltamo-nos para o universo de nossa pesquisa no que tange as segmentações e distinções existentes no seio dos grupos negros que, assim como os demais grupos, além dos fatores que lhes conferem coesão (como uma história e alguns valores compartilhados), também são constituídos a partir



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

de antagonismos e tensões (BALANDIER, 1969). Portanto, consideramos os grupos negros enquanto estratos sociais segmentados por diferenças econômicas, e também por diferenciações ocorridas na conformação de suas identidades quanto a padrões de moralidade, valores e formas de expressão cultural.

Quanto à ação política, tal como expressa no pensamento de (BALANDIER, 1969), no qual nos referendamos, deixamos claro que concebemos as relações entre os grupos sociais a partir de múltiplas determinações e, sob esta premissa, fizemos uma ressalva para esclarecer um ponto de nossa concepção concernente ao caráter de “competição política” existente entre os sujeitos sociais exposta pelo autor. Entendemos que a competição ocorrida entre os indivíduos e grupos na efetivação, e como motivadora de suas ações políticas, desenrola-se por diferentes caminhos e formas que vão desde a oposição frontal e os desacordos até as aproximações, alianças, entre outras negociações e formas possíveis de atuação, como parte do jogo político que é dinâmico e multireferenciado.

Neste aspecto, foi relevante também nos posicionarmos quanto à concepção de poder político, ainda recorrendo a Georges Balandier. O autor, ao tecer referências ao pensamento de Max Weber e outros para discutir a relação entre poder político e necessidade, esclarece que o poder é a possibilidade dada a um ator, no interior de determinada relação social. Esta assertiva é significativa para nosso estudo no sentido de que o estudioso ressalta a relevância de uma percepção que procure superar a visão etnocêntrica de poder e política, com a compreensão destes aspectos como inerentes a qualquer sociedade. O fundamento da assertiva acima, o qual explicita os conteúdos pelos quais concordamos com o autor, apresenta-se quando afirma que, ao invés de se colocar pela apreensão de “uniformidades culturais” e “equilíbrios” estáticos nos quais os “conflitos surgem como anomia”, devemos “considerar o contraditório, o aproximativo, o conflitivo e o relacional” (BALANDIER, 1969, p.21) apropriados a uma interpretação dinâmica das sociedades, assim como também do poder político.

Foi a partir desta interpretação dinâmica da sociedade que procuramos conceber a capacidade política das organizações negras, de forma a podermos ser confluentes com a percepção de que “nenhum sistema político é equilibrado”, (na perspectiva de um equilíbrio estático), pois as lutas e alianças, o respeito ao sistema vigente e o desejo de modificá-lo, a sujeição ao sistema moral e os desejos de subvertê-lo, são inerentes à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

dinâmica do poder político e perfazem o caráter de sua ambigüidade (BALANDIER, 1969).

Como abordar as organizações negras no Brasil de uma forma que possamos considerar o caráter hierárquico, o sistema econômico e a dimensão simbólica das relações de poder em nossa realidade e, concomitantemente, dar relevo ao protagonismo dos negros em seus contatos com os demais grupos que compõem a sociedade e com esta lógica sociopolítica?

Para aproximarmo-nos mais ainda da explicitação de nossa concepção de política, poder político e dinâmica sociocultural, vamos ao encontro das ambigüidades do poder político dominante na sociedade brasileira e às imbricações entre política, cultura e sociedade constituintes desta efetivação ambígua do campo político em nosso país.

Autores como (ELIAS, 1994), (CHAUÍ, 2000), (SODRÉ 1988) demonstram como se constituiu, a partir do século XIX, uma operação pela qual se associou a concepção de cultura a um padrão de civilização específico, definido como marco para hierarquizar povos e suas culturas. Desta forma, em seu sentido mais difundido, cultura passou a ser articulada com divisão social do trabalho, posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos e privilégio de classe. Cultura enquanto sinônimo de civilização tornou-se a medida de diferenciação entre “cultos” e “incultos” a determinar a divisão entre culturas populares, representadas como atadas ao campo da natureza, da sensibilidade e repetição (tradição) daí, próximas à barbárie; e culturas eruditas, representadas como racionalidade, superioridade, modernidade, progresso e “superior expressão” de civilização (CHAUÍ, 2000). Mesmo centrada na relação entre as classes sociais, (CHAUÍ, 2000) percebe que, na realidade brasileira, esta concepção de cultura articula-se ao processo de desigualdade étnico-racial a sustentar “uma psicologia social” e uma “sociologia política” que reafirmam uma ordem autoritária.

Muniz Sodré vai mais adiante. O autor também se refere à conceituação de política e às relações entre cultura, política e ordenamento social. Entretanto, explicita seu entendimento quanto às relações étnico-raciais no Brasil sob a noção de cultura enquanto padrão civilizatório situada enquanto um pilar de manutenção da ordem societária brasileira fundada na desigualdade. Nesta ordem, a noção de cultura é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

compreendida como afirmadora de uma lógica hierárquica que vai muito além da divisão do trabalho vista por (CHAUÍ, 2000).

O autor percebe que ao fundar-se em uma representação de “humanidade absoluta” centrada na Europa a noção de cultura, possibilita aos grupos dominantes a construção de uma operação política pautada na noção de “ser humano universal” oposta ao “inumano universal”, pela qual se criam estratégias discursivas para gerar a desigualdade não apenas entre as classes. Sob esta noção restrita de cultura define-se uma hierarquização social sob um conjunto de representações que bloqueiam a percepção plenamente humana do sujeito negro, e fazem com que a alteridade dos descendentes de africanos e da diáspora negra seja sempre conotada pelas debilidades culturais, morais e físicas. Uma ordem societária em que o imaginário dominante, atado à consciência eurocêntrica, reafirma juízos de valor negativos a respeito do negro na medida direta em que reafirma uma hierarquia na qual a invisibilidade social dos sujeitos “aumenta na razão inversa da visibilidade de sua cor” preta/negra (SODRÉ, 1999, p.152).

Com este viés conceitual, apontamos os engendramentos entre ordem social hierárquica, imaginário, cultura e poder político. Esta condição evidencia-se na medida em que propomos, enquanto trajetória de pesquisa orientarmo-nos para a apreensão das variadas formas de articulação pertinentes à diversidade de grupos étnico-raciais e culturas existentes no Brasil. Desta maneira, compreender a atuação das organizações negras, nas regiões em foco, em suas dinâmicas particulares mediadas por múltiplas conexões. Dinâmicas estas pautadas nas ambigüidades existentes na realidade vivida e de acordo com seus próprios interesses (CHAUÍ, 1986, p.63).

Entretanto, importa salientar outros dois pontos importantes. Por um lado, a percepção das formas do poder dominante no Brasil para além de simples ideologias, seja no entendimento mais restrito do conceito que sugere inversão da realidade e ilusão, seja em sua forma mais ampliada, em que a ideologia é apreendida como compreensão particular da realidade social de um grupo específico que se pretende colocar como percepção universal para todos os outros grupos e classes em uma sociedade.

Neste sentido, encontramos-nos com (MAGNANI, 1998) em suas reflexões acerca das culturas dos grupos por ele denominados populares, quanto à preocupação de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

não tratarmos as relações entre os grupos sociais e suas produções culturais sob uma visão restrita de política segundo a qual as interpretações fiquem atadas a uma abordagem restrita e simplista, com o foco voltado às formas de dominação, de maneira a reduzir as mediações possíveis entre o nível do poder hegemônico, a ordem do simbólico e as condições socioeconômicas existentes (MAGNANI, 1998, p.33). Em nosso entendimento, o conceito de ideologia afunila nossas possibilidades de abordagem desta multiplicidade e, quanto a este conceito explicitaremos nossa posição mais adiante.

Outro ponto a salientar quanto ao uso do conceito de ideologia, diz respeito, ao reducionismo que as visões marxistas ortodoxas, iluministas e românticas fazem da dinâmica sociocultural, ao perceberem as culturas e os grupos como totalidades orgânicas, fechadas em si mesmas e, portanto, totalidades fragmentadas. Desta forma, acabando por tratar as culturas como totalidades antagônicas e estanques umas em relação às outras.

Nós entendemos que a dinâmica social é constituída de um conjunto disperso, marcado conjuntamente por posições, de grupos e expressões culturais que estão sempre em um jogo dialógico, constituindo o que nós, em conformidade com (MORIN 1991), concebemos como dialógica cultural. Dialógica esta composta da pluralidade/diversidade de pontos de vista, de possibilidades de intercâmbio e de formas de atuação dos diversos sujeitos em contato. Esta concepção nos permite ir para muito além do foco que se constitui apenas a partir das limitações socioculturais e históricas, foco este que aprisiona tanto o conhecimento quanto a autonomia do pensamento (MORIN, 1991).

No que dizem respeito a nossa pesquisa, estas concepções restritas de cultura nos limitariam na percepção da dialógica cultural e das formas múltiplas tanto de interação dos grupos sociais quanto dos variados caminhos de atuação sociopolítica das populações negras. Ao firmamos nosso estudo fora destas bases duais em que as culturas tidas como populares são tratadas como “uma outra cultura” situada ao fundo ou ao lado de uma cultura tida por dominante, superamos elaborações pautadas na busca de “produtos culturais” acabados.

Esta postura teórico-metodológica nos permite, assim como (CHAUÍ, 1986), tratar das culturas que ela percebe como culturas populares no Brasil, apreender as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

realizações das populações negras no nordeste paulista e triângulo mineiro em meio à dialógica da dinâmica sociopolítica e cultural. Também nos livra da cela cognitiva imposta pela procura de uma essência ou uma totalidade “verdadeira” própria dos negros, que seria antagônica e sempre resistente a outra essência ou “verdade” cultural de outros grupos. Assim, temos em vista as atuações das populações negras apreendidas de forma mais ampla e evidente:

(...)... Como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência) distinguindo-se da cultura dominante exatamente por esta lógica de práticas, representações e formas de consciência (CHAUÍ, 1986, p. 25).

A dualidade superior-inferior e a percepção de cultura enquanto totalidade fechada em si mesma, presente nos conceitos mais restritos de cultura, por um lado, permite hierarquizar os grupos sociais diferenciados entre aqueles portadores de racionalidade e pertencentes a uma ordem superior entendida como civilizada e os “outros”, portadores-signatários de uma falta ontológica, representados como parte da “massa sediciosa”, “irracional”, “ignorante e supersticiosa”, a ser conduzida pelos primeiros (CHAUÍ, 1986). Por outro lado, gera uma desqualificação de suas práticas culturais e também da capacidade política destas populações, desconsideração esta que passa tanto por uma visão limitada de cultura como também por uma visão estreita do campo político e das relações de poder. São abordagens que levam sempre a reduzir as culturas dos diferentes grupos sócio-étnico-raciais à lógica das representações e valores hegemônicos, segundo a qual aquelas são vistas ora como descaracterizadas e alienadas, ora como expressão de resistência absoluta à lógica dominante, de uma forma ou de outra, abordadas sempre em função de uma “ideologia dominante” a ser superada. Este é um dos aspectos que mais concretiza esta visão restrita para a percepção das interveniências entre o social, a cultura e a política.

Para superarmos estas interpretações sócio-antropológicas dicotômicas recorreremos ao pensamento de (WILLIAMS, 1992) em seu objetivo de acessar a diversidade de tempos e grupos de uma formação social, abordando a cultura como um *sistema de significações realizado*. Nesta concepção, o autor traz elementos ricos que em nossas reflexões, permitem a superação necessária das dicotomias apontadas nas noções de cultura, política e relações de poder, assim:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

... A organização social da cultura, como um sistema de significações realizado, está embutido em uma série completa de atividades, relações e instituições, das quais, apenas algumas são manifestamente “culturais”. [...] Esse sentido, oriundo originalmente da antropologia, tem o grande mérito de salientar um sistema geral-sistema específico e organizado de práticas, significados e valores desempenhados e estimulados (WILLIAMS, 1992, p. 208).

Concebendo o social enquanto “sistema de valores e práticas”, “estimulado e desempenhado”, estamos adiante de uma abordagem em que a separação entre cultura, política e economia constitui-se, de fato, apenas enquanto recurso cognitivo, na medida em que considera o sistema social enquanto realidade multireferenciada e dinâmica. Ainda em diálogo com (WILLIAMS, 1992), tomamos como nossa sua percepção de que, na abordagem do sistema social a partir da articulação das práticas econômicas, relações políticas e sistema simbólico, a cultura, instaurada pela noção de práticas culturais, enquanto sistema de significações (onde tanto se encontram os sistemas de sinais e signos quanto as organizações), é viável para afastar-nos de interpretações feitas nos estudos em que se colocam “o lado econômico da vida” e “um lado político”, ou ainda um “lado privado”, um “lado espiritual”, um “lado de lazer”, entre outras fragmentações (WILLIAMS, 1992, p. 209).

Neste contexto, a compreensão da cultura enquanto sistema de significações realizado vai ao encontro dos estudos de diferentes autores, como (CHAUÍ, 1986), (MAGNANI, 1998) e (BAKHTIN, 1999), que conseguem apontar a capacidade transformadora de re-interpretações das culturas compartilhadas pelos grupos não-hegemônicos tendo as conjunturas sociais inseridas nesta consideração. (BAKHTIN, 1999) percebe a dimensão política dos grupos não-hegemônicos na ambivalência característica da linguagem popular. Por ser uma linguagem que dispõe os fenômenos e as fronteiras (físicas e simbólicas) de maneira diversa às prescrições exigidas e autorizadas pelos quadros dominantes e por esta característica, encontra condições de desnudar o caráter relativo e limitado do vivido. Assim, ultrapassam os limites estáticos entre as coisas e os fenômenos instituídos pela concepção de mundo oficial das elites (BAKHTIN, 1999, p. 370).

O termo popular para (BAKHTIN, 1999), (MAGNANI, 1998) assim como para outros autores com os quais nós concordamos quanto às elaborações acerca da cultura e da dinâmica cultural em geral, define-se enquanto dimensão política de grupos não-hegemônicos, portanto a cultura e outras dimensões do termo popular, em nossa



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

concepção, não se confundem com qualquer relação de hierarquia sociocultural, em que esta noção surge em oposição a erudito, clássico ou demais noções de cunho etnocêntrico.

Concordamos com este ponto de vista de (BAKHTIN, 1999) e ampliamos nossa compreensão da concepção de re-interpretação como “as múltiplas formas de intersecção” (MAGNANI, 1998, p.138) geradas pelos grupos sociais no plano concreto do vivido, ao se apropriarem dos valores e representações sociais hegemônicos e lhes conferirem significados distintos para produção de suas maneiras de sociabilidade e identidades.

Neste momento, afirmamos mais uma de nossas escolhas teórico-metodológicas para apreensão da dialógica cultural e interpretação de nossa realidade estudada com o situar das organizações negras em meio ao sistema multirefenciado de práticas socioculturais, escolhas políticas e condições socioeconômicas. Ao encararmos a cultura como (WILLIANS, 1992) nos propõe enquanto “sistema de significações realizado”, situamo-nos a partir do entendimento de que apenas de maneira abstrata o sistema social e o sistema de significações são separados e, ainda, que estes aspectos da realidade, de fato, “na prática e em graus variáveis, são mutuamente constitutivos” (WILLIANS, 1992, p. 217).

Para tratarmos das relações étnico-raciais e das práticas de mediação estabelecidas pelas populações negras precisamos constituir uma tessitura teórico-metodológica capaz de dar conta da ambigüidade das relações de poder no Brasil e particularmente do aspecto ambíguo presente no contexto étnico-racial brasileiro. Um contexto marcado por um racismo dissimulado que marca a discriminação racial. Também pela diversidade do jogo simbólico que permeia as estratégias das populações negras na construção de suas identidades e de suas formas de sociabilidade.

Neste sentido, as reflexões de Marilena Chauí acerca do conceito de hegemonia desenvolvido por Antônio Gramsci vêm ao encontro de nossas reflexões para completar nossa conceituação de política e das relações entre cultura, relações de poder e sociedade.

No intuito de superar as visões de cultura e poder político, (CHAUÍ, 1986) recorre ao conceito gramsciano de hegemonia e traz à baila considerações por nós também compartilhadas. A autora salienta que o conceito de hegemonia “indaga



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

relações de poder” de forma a envolver “todo o processo social ativo percebendo-o como práxis” (CHAUÍ, 1986, p. 21). Nesta conceituação, envolve as representações, as normas e os valores que são instaurados como práticas sociais.

Assim, hegemonia surge como práxis e processo, dinamizado em função da historicidade das conjunturas sociais. Desta maneira, mais do que “doutrinação e manipulação” hegemonia é corpo de práticas e expectativas sobre o todo social abordado e sobre toda existência social. Um corpo de práticas e expectativas que surge enquanto “complexo de relações, experiências-atividades” (atuações) com pressões e limites específicos e mutáveis (CHAUÍ, 1986, p. 21).

De acordo com esta formulação, temos uma conceituação do processo político que de fato nos permite conceber e melhor interpretar as ações, ações políticas dos sujeitos sociais sob as diversas formas e os múltiplos caminhos e referenciais que são próprios de um equilíbrio dinâmico inerente às ambigüidades do poder político existente nas sociedades em geral e, particularmente, em nosso contexto de estudo, o nordeste paulista, espaço sociopolítico que, em que pesem suas particularidades, agencia muitos dos fatores presentes na dinâmica nacional.

Neste caminho, outra faceta suscitada pelo conceito de hegemonia, e que o torna relevante no estudo das organizações negras, das relações étnico-raciais e dos processos identitários nesta região brasileira, encontra-se no fato de que o conceito embora se remeta a processos de subordinação, não se constitui apenas passivamente, sob forma de dominação, pois suas interconexões são extremamente complexas. Neste sentido, a hegemonia deve ser continuamente transformada, renovada, recriada, defendida e modificada, na medida em que é constantemente limitada, resistida, alterada e desafiada por alternativas político-culturais dos grupos em disputa no seio de cada contexto social (CHAUÍ, 1986).

O conceito de hegemonia, assim, vincula-se à percepção do campo político sob “uma interpelação dinâmica da sociedade” (BALANDIER, 1969, 21). Situa-se além das totalizações abstratas de “ideologia dominante” ou “visão de mundo” em que se ignoram as ações produtoras de alternativas e oposições político-culturais. Esta possibilidade de interpelação dinâmica ocorre na medida em que, a abordagem do social efetua-se como processo cultural, que inclui necessariamente os esforços e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

contribuições daqueles que estão de um modo ou de outro fora ou à margem dos termos da lógica hegemônica vigente em uma dada conjuntura social (CHAUI, 1986).

Desta maneira, encontramos condições de continuar nossas discussões do conceito de cultura como sistema de significações realizado e com a clareza de nossa concepção de política sustentada tanto na visão dinâmica do processo sociocultural como de sua efetividade no estabelecimento do poder político. De forma similar, o conceito de hegemonia nos conferiu sustentação para abordarmos as relações de poder, o imaginário, a cultura, as classes e as relações entre os grupos fora das concepções dicotômicas de processo social e poder. Nosso foco pôde ser direcionado aos processos socioculturais dinâmicos e multireferenciados, em que os grupos negros e todos os grupos humanos, surgiram como artífices das conjunturas sócio-históricas estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendemos nossa pesquisa com base na conceituação de cultura enquanto “cultura viva” expressa, principalmente, em sociedades pluriétnicas como é o caso do contexto social brasileiro, por meio de processos dinâmicos de re-interpretações, situadas em meio às relações políticas em que os grupos produzem e veiculam seus significados. Contextos sociais em que os grupos buscam a afirmação de seus valores, suas memórias e identidades, através de diálogos e contrastes com a sociedade abrangente e a lógica simbólica hegemônica. Pensamos em re-interpretações como possibilidades políticas instauradas pelas manifestações culturais dos grupos não-hegemônicos no sentido de abordar o contexto social e as relações de poder, com a consideração de que as interações entre os grupos são dinâmicas e estão sob efeito de múltiplas determinações, assim como as culturas estão em constante transformação.

Nesta dimensão, conseguimos compreender as ações das organizações negras do Nordeste Paulista e do Triângulo Mineiro como lugares sociais de mediação das relações inter-étnicas e, também, em sua relevância na recuperação do bem estar psíquico, na reconstrução dos laços societários e na promoção do acesso dos negros aos bens sociais. Assim, procuramos interpretar como os afro-brasileiros se situaram nos processos identitários, quais redes sociais criaram e como se deram as interações étnico-raciais, por meio da abordagem de clubes recreativos, blocos e escolas de samba, os bailes, as sociedades negras, times de futebol, grupos de teatro, capoeira e outras formas de organização desenvolvidas pelas populações negras nesta dinâmica.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 4 ed. Brasília: Hucitec, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Cultura e Democracia**, São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Paris: Presses Universitaires de France (5ª Edição), 1968.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 3ª edição, 1978.
- FERREIRA, Lúcia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D. **Linguagem, Identidade e Memória Social**: Novas fronteiras, Novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- FONSECA, Dagoberto José. **A piada: Discurso Sutil da Exclusão** Um Estudo do Risível no “Racismo à Brasileira”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Puc São Paulo, 1994.
- _____. Dagoberto José. **Negros Corpos (I)Maculados: mulher, catolicismo e testemunho**. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Puc, 2000.
- FRANCISCO, Dalmir. In FONSECA, Maria Nazareth Soares. (org.). **Brasil Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.117-152.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 3ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FRY, Peter. “Politicamente correto num lugar, incorreto noutra?” Relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue. **Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n. 21**, p.167-177, 1991.
- _____. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. **Revista USP, São Paulo, n.28**, p. 122-35, dez-jan-fev. 1995-6.
- FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. (Coleção Biblioteca Universitária, Série 2a, Ciências Sociais, v. 23)
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- IANNI, O. **As Metamorfoses do Escravo**: Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.
- _____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

LOPES, Ademil. **Além da Memória**: Vila Xavier diálogo entre os diferentes elementos de sociabilidade. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Puc, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**, Lisboa, Portugal: Publicações Europa América, 1982.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional Versus Identidade Negra, Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. “A identidade negra no contexto da globalização”. **Ethnos Brasil**, São Paulo, v.1, n.1, p. 11-20, mar. 2002.

_____. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 79-94.

NOGUEIRA, Oracy, **Preconceito de Marca: as Relações Raciais em Itapetininga**, São Paulo: Edusp, 1998.

Ramos, Guerreiro. O negro desde dentro. In **Ensaio em Teatro Experimental do Negro-testemunhas**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a formação social negro brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. Muniz. **Claros e Escuros**: Identidade, povo e mídia no Brasil, 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA Jessé. **Raça ou Classe? Sobre a Desigualdade Brasileira**. São Paulo: Lua Nova (65), 2005a.

Souza, Sérgio Luiz de. **(Re)vivências negras**: entre batuques, bailados e devoções-práticas culturais e territórios negros em Ribeirão Preto (1910-1950) Araraquara. 2005. 210 páginas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2005b.

_____. Sérgio Luiz de. **(Re)vivências negras**: entre batuques, bailados e devoções-práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950), Ribeirão Preto-SP: Edição do Autor, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.